



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KLEBERSON LOPES SANTOS

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS FEDERAÇÕES
ESTADUAIS DE FUTEBOL**

**Natal/RN
2017**

KLEBERSON LOPES SANTOS

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS FEDERAÇÕES
ESTADUAIS DE FUTEBOL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. MSc. Marke Geisy da Silva Dantas

Natal/RN
2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
Sistema de Bibliotecas - SISBI.
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do CCSA.

Santos, Kleberson Lopes.

Análise do Desempenho Econômico-Financeiro das Federações Estaduais de Futebol / Kleberson Lopes Santos. - 2017.

55f.: il.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis. Natal, RN, 2017.

Orientador: Prof. Ma. Marke Geisy da Silva Dantas.

1. Contabilidade - Monografia. 2. Indicadores de desempenho - Monografia. 3. Federações Estaduais de Futebol - Monografia. 3. Desempenho esportivo - Monografia. I. Dantas, Marke Geisy da Silva. II. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 657.41/45

KLEBERSON LOPES SANTOS

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS FEDERAÇÕES
ESTADUAIS DE FUTEBOL**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Ciências Contábeis da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Apresentado em: 06/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Marke Geisy da Silva Dantas
Orientador

Prof. Dr. Edzana Roberta Ferreira Da Cunha Vieira Lucena

Prof. MSc. Mayara Bezerra Barbosa

Natal/RN
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, determinação e perseverança para trilhar este caminho.

Aos meus pais, Diomedio Lopes de Oliveira e Francineide Raimunda dos Santos Lopes, por todo suporte e apoio; por todo incentivo e compreensão; por terem me dado condições, possibilidades e oportunidades para chegar até aqui.

A minha namorada, Amanda da Silva Medeiros pelo apoio nos momentos difíceis e pelas palavras encorajadoras durante a caminhada durante o curso.

Aos meus amigos, companheiros de curso e trabalho, Alan Davisson da Silva Pereira, Vinicius de Sousa Santana, Éverton Gomes Monteiro, Lucas Allan Diniz Schwarz, Arlindo Menezes da Costa Neto, André Luiz de Araújo Campos, Edivan da Costa Bezerra, Andrei Lucas Moraes Rolemberg, Willian Assunção, Thandson Pinheiro Vieira, Shesby André Medeiros do Nascimento, Gabriela Louise de Vasconcelos Ribeiro, Pedrita Natane Moreira Galvão, Thiago Magalhães, Felipe Silva, João Leonardo Costa e aos professores que participaram dessa caminhada, em especial ao professor Josué Lins e Silva, pelos ensinamentos e oportunidades de trabalho, e ao professor Marke Geisy da Silva Dantas, pela orientação no trabalho, desejo saúde e todo sucesso do mundo.

"A vida é feita de atitudes nem sempre descentes,
não lhe julgam pela razão mas pelos seus
antecedentes!"

Charlie Brown JR

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os principais indicadores de liquidez, estrutura de capital e lucratividade das Federações Estaduais de Futebol Brasileiro. Os objetivos específicos foram o de Coletar as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial e DRE da Confederação Brasileira de Futebol e das 27 Federações Estaduais de Futebol Brasileiro e identificar as variáveis que discriminam os grupos determinados pelos agrupamentos. Para esse estudo foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, buscando contextualizar como funciona e é organizada uma federação de futebol tendo como fonte de informações a FIFA, a CBF e as Demonstrações Contábeis das Federações Estaduais de Futebol Brasileiro. Foram analisadas 24 federações de futebol e a CBF dentro de um espaço temporal de cinco anos, 2012 a 2016. Os resultados obtidos apontam que apenas as principais federações do país que apresentam suas demonstrações em conformidade com as normas estabelecidas, tem um equilíbrio financeiro. Isso se deve ao aumento de casos de corrupção, pois as federações com grande porte financeiro passaram a ser mais vistas e cobradas pelos seus investidores. E através da análise discriminante utilizando o método de cluster, em que foi dividido em 2 agrupamentos, o primeiro cluster com todos os dados e o segundo dividido por regiões, pode identificar os dados semelhantes e quais contribuíram fortemente para a definição dos grupos.

Palavras-chave: Desempenho. Federações. Futebol.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the main indicators of liquidity, capital structure and profitability of the Brazilian State Federations. The specific objectives were to collect the financial statements, Balance Sheet and DRE of the Brazilian Football Confederation and the 27 Brazilian State Football Federations and to identify the variables that discriminate the groups determined by the groupings. For this study, a bibliographical and documentary research methodology was used, seeking to contextualize how a football federation works and is organized using information from FIFA, CBF and the Financial Statements of the Brazilian State Federations. Twenty-four football federations and the CBF were analyzed within a five-year timeframe, from 2012 to 2016. The results show that only the major federations of the country that present their demonstrations in accordance with established standards, have a financial balance. This is due to the increase in cases of corruption, as federations with large financial size are now seen and charged by their investors. And through the discriminant analysis using the cluster method, where it was divided into 2 clusters, the first cluster with all the data and the second cluster divided by regions, can identify the similar data and which contributed strongly to the cluster definition.

Key-words: Performance. Federations. Soccer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conjuntos de Agentes do Esporte.....	18
Figura 2 - Principais Stakeholders de uma Federação esportiva	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Confederações por continente filiadas a FIFA.....	22
Quadro 2 - Federações por estado filiadas a CBF	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Capital Circulante Líquido.....	33
Tabela 2 - Liquidez Geral.....	34
Tabela 3 - Liquidez Corrente.....	35
Tabela 4 - Liquidez Seca.....	36
Tabela 5 - Liquidez Imediata.....	37
Tabela 6 - Composição de Endividamento	38
Tabela 7 - Imobilização do Patrimônio Líquido.....	39
Tabela 8 - Giro do Ativo	40
Tabela 9 - Retorno Sobre o Ativo.....	41
Tabela 10 - Margem Bruta	41
Tabela 11 - Margem Líquida	42
Tabela 12 - Margem Operacional Líquida	42
Tabela 13 - Média dos Indicadores por Cluster.....	43
Tabela 14 - Média dos Indicadores por Regiões	44
Tabela 15 - Discriminante anova por Cluster e Regiões.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIFA	Federação Internacional De Futebol
CDB	Confederação Brasileira De Desportos
CBF	Confederação Brasileira De Futebol
CCL	Capital Circulante Líquido.
LG	Liquidez Geral.
LC	Liquidez Corrente.
LS	Liquidez Seca.
LI	Liquidez Imédiata.
CE	Composição De Endividamento.
IPL	Imobilização Do Patrimônio Líquido.
GA	Giro Do Ativo
RSA	Retorno Sobre O Ativo.
MB	Margem Bruta.
ML	Margem Liquida.
MOP	Margem Operacional Liquida
EUA	Estados Unidos Da América
CPI	Comissão Parlamentar De Inquérito
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana De Futebol
CFC	Conselho Federal De Contabilidade
NBC T	Normas Brasileiras De Contabilidade
APFUT	A Autoridade Pública De Governança Do Futebol
DF	Distrito Federal
LOTEX	Loteria Exclusiva
DRE	Demonstração Do Resultado Do Exercício

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.2 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 GESTÃO DO FUTEBOL.....	17
2.2 ENTIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUTEBOL.....	19
2.2.1 CONTEXTO OPERACIONAL DAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS	19
2.2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS	21
2.2.3 A LEGISLAÇÃO APLICADA AO FUTEBOL.....	25
3 METODOLOGIA	27
3.1 EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA	27
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	27
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS	28
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	31
4 ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 ANÁLISE DE LIQUIDEZ E CAPACIDADE DE PAGAMENTO	33
4.2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL E SOLVÊNCIA.....	38
4.3 ANÁLISE DA LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO	39
4.4 ANÁLISE DISCRIMINANTE.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERENCIAS	48
APÊNDICE	51

1 INTRODUÇÃO

O futebol além de sua importância cultural é uma modalidade que se consolida pela força que tem no mercado comercial. No Brasil, o futebol é um dos principais símbolos nacionais ao lado do carnaval, que se percebe que através das transformações sociais ocorridas ao longo dos anos, passa de uma forma cultural e popular para ser explorado com fonte de geração de recursos financeiros. Em decorrência dessas transformações surge à necessidade de ter mais gestão profissional voltada para obtenção de resultados financeiros e econômicos para as confederações e clubes.

Com o desenvolvimento do futebol, se viu necessário a criação de uma federação internacional, foi criada então a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) em 1904, visto que em anos anteriores alguns países como Inglaterra, Holanda e França já tinham fundado uma associação para organizar o futebol. No Brasil, foi fundada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1914, em que se vinculou a FIFA somente em 1923. E passou a ser chamada de Confederação Brasileira de Futebol (CBF) somente no ano de 1979.

Segundo o Portal Brasil (2009), “Para coordenar, administrar e reunir as entidades esportivas nacionais foi criado às associações, federações estaduais e confederações brasileiras de esportes”. Cada uma dessas instituições é responsável por uma modalidade esportiva específica ou por várias modalidades semelhantes. As confederações são sempre nacionais e representam as federações estaduais, que são responsáveis pelos clubes, atletas, árbitros e técnicos federados.

Existem vários tipos de organizações ligadas ao esporte, em que muitas possuem fins lucrativos, como equipes de Fórmula 1 e fabricantes de materiais de esportes, e possuem as organizações sem fins lucrativos que são as confederações e federações esportivas que são criadas para organização e desenvolvimento da prática de esportes. No geral, não existe subordinação dessas entidades com algum órgão governamental. De acordo com o Código Civil Brasileiro, as entidades podem ser constituídas livremente respeitando os aspectos legais das associações.

De acordo com José Eduardo Junqueira do blog Esporte legal do globo.com (2017), após vários escândalos que recentemente atingiram as confederações de Desportos Aquáticos, Futebol, Handebol, Basquete, Vôlei, entre outras, o Comitê Organizador das Olimpíadas Rio-2016 e o Comitê Olímpico Brasileiro sofrem hoje o mais pesado revés de suas histórias. A sequência infundável de contornos criminais evidência que o grau de contaminação do modelo de gestão esportiva no Brasil é absoluto. Ainda conforme José Eduardo Junqueira, nossas

Confederações e Federações esportivas parecem feudos, lideradas sempre pelos mesmos grupos, sem qualquer alternância de poder. Tal perspectiva subsiste em todos os níveis da organização desportiva, desde o menos relevante dos clubes, até a presidência da respectiva Confederação.

Com isso, as federações não possuem uma padronização entre elas, isso se deve a má gestão de pessoas que estão a décadas no comando de algumas federações. Através de leis implementadas pelo governo, as federações vêm buscando uma forma de padronizar e divulgar suas demonstrações contábeis, algumas deixam a desejar, pois não há investimento e divulgação necessária dos campeonatos locais para o restante do país, fazendo com que apenas alguns estados se destaquem com seus grandes clubes e campeonatos.

Logo, este trabalho tem como objetivo avaliar o desempenho econômico-financeiro das Federações presentes em cada estado do Brasil tendo como instrumento as demonstrações contábeis divulgadas dos últimos cinco exercícios (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016) a fim de auxiliar na tomada de decisão e melhorar a rentabilidade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Objetivo Geral

O trabalho objetiva analisar os principais indicadores de liquidez, estrutura de capital e lucratividade das Federações Estaduais de Futebol Brasileiro

1.1.2 Objetivos Específicos

- i. Coletar as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e D.R.E.) da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das 27 Federações Estaduais;
- ii. Identificar as variáveis que discriminam os grupos determinados pelos agrupamentos.

1.2 JUSTIFICATIVA

O futebol vive tempos modernos em que a transparência econômica apresentada por entidades administrativas e clubes são muito importantes para a sociedade e principalmente para investidores. O grande problema enfrentado atualmente com confederações e federações é a corrupção que se espalhou com o passar dos anos. Isso ocorreu até a década de 90, onde foram implementadas leis que combatiam esta corrupção.

A FIFA anunciou que “foram reunidas 20 mil páginas com evidências que estão sendo entregues a autoridades da Suíça e dos EUA responsáveis pela investigação em âmbito internacional. As evidências foram condensadas em um relatório final de 1.300 páginas” (O GLOBO, 2017). Segundo o portal do Senado Notícias (2016), no Brasil, foi instaurado no ano de 2015 a CPI do futebol, em que no relatório trazia a preocupação com o uso do esporte para prática de crimes de corrupção. Infelizmente, em 2016, encerrou seus trabalhos de forma inconclusiva e nenhum indiciamento contra os presidentes das federações.

Portanto, o presente trabalho é motivado pela busca de informações financeiras das entidades administrativas do futebol brasileiro. E tem como foco a análise do desempenho econômico da CBF e das Federações Estaduais, apresentando para os usuários externos a realidade destas instituições com base no seu estatuto e suas demonstrações financeiras apresentadas e contribuir para que haja mais informações sobre essas entidades que controlam o futebol brasileiro.

Apesar da importância, há várias pesquisas relacionadas a clubes e jogadores de futebol, mas é pouco explorado no meio acadêmico e em relação a esse assunto. Há uma carência de conhecimento científico específico devido a pouca informação divulgada.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa está disposta em 5 capítulos: Introdução, Referencial teórico, metodologia, análise de dados e considerações finais. Na introdução são mostrados os dados e informações que possibilitem uma contextualização com o tema. O referencial teórico traz todo embasamento técnico para a execução da pesquisa, e está composto por: Gestão do futebol, Entidades administrativas do Futebol e Legislação aplicada ao Futebol. Na metodologia estão dispostos quais métodos serão praticadas para a obtenção da análise da pesquisa. Nas considerações finais estão descritos os achados e suas interpretações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DO FUTEBOL

O esporte evoluiu e evolui de acordo com a sociedade, através das suas necessidades e dos seus conflitos. O esporte moderno deve ser tratado da forma mais profissional possível, desde o treinamento dos atletas até a negociação de contratos de patrocínios.

Conforme Santos (2002), a evolução da gestão no mundo dos esportes se deu sob diferentes estímulos. Inicialmente, houve aceitação de vários esportes diferentes, com isso a retomada dos jogos olímpicos no final do século XIX, em que foi o primeiro marco do esporte moderno. A partir desse marco, os esportes foram ocupando espaços importantes na cultura do século XX, levando governos a utilizar de sua popularidade para propagandas políticas. Nos anos seguintes, com a guerra fria, houve desenvolvimento de metodologias de treinamentos exclusivamente para os esportes e gestão de equipes. Como parte desse crescimento e desenvolvimento, a busca por marketing terminou de inseri-lo no mercado de bens e serviços ligados ao entretenimento.

O esporte é uma poderosa indústria de entretenimento. Além disso, é considerada uma ferramenta para inserção social e de formação, o que faz com que o poder público mostre interesse e reconheça o caráter social em sua disseminação. Outros aspectos são a projeção a nível nacional e internacional proporcionada por equipes e atletas com vitórias conquistadas e consideradas como conquistas de toda coletividade (RIBEIRO, 2012).

O processo de gestão no futebol é complexo e este não deixa margem para equívocos administrativos, a qualificação da gestão devera sempre ser valorizada, pois o diálogo nos modelos administrativos ideais para o futebol é importante para que possa se desenvolver e se destacar num ambiente competitivo. Em um artigo desenvolvido por Leoncini e Silva (2003):

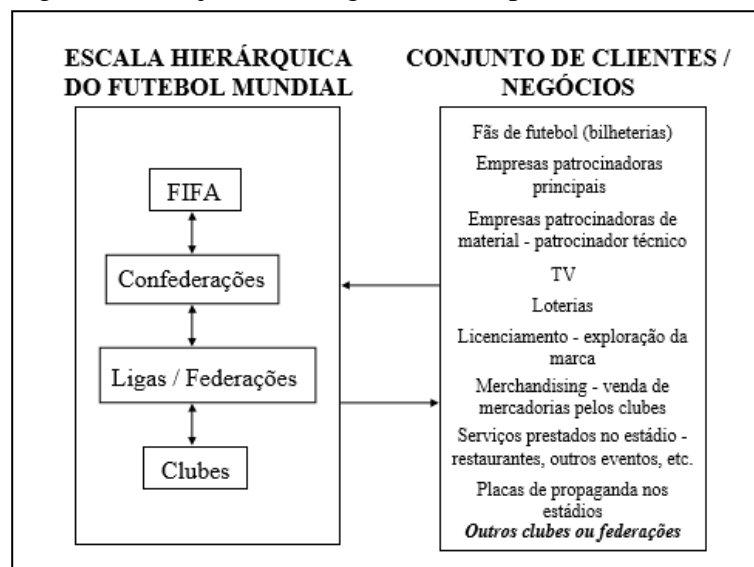
O futebol mundial é hoje um grande negócio. De acordo com o relatório final do Plano de Modernização do Futebol Brasileiro (2000), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que inclui os agentes diretos, como clubes e federações, e indiretos, como indústrias de equipamentos esportivos e a mídia, o futebol mundial movimenta, em média, cerca de 250 bilhões de dólares anuais. No Brasil, dados desse mesmo relatório mostram que o futebol é uma atividade econômica com grande capacidade de gerar empregos, e tem efeito multiplicador maior que vários setores tradicionais, contabilizando: trezentos (300) mil empregos diretos; trinta (30) milhões de praticantes (formais e não formais); quinhentos e oitenta (580) mil participantes em treze (13) mil times que participam de jogos organizados (esporte formal); quinhentos e oitenta (580) estádios com capacidade para abrigar mais de cinco e meio (5,5) milhões de torcedores; cerca de quinhentos (500) clubes profissionais disputando uma média de noventa (90) partidas por ano; e em termos de fornecimento anual de materiais e equipamentos esportivos, são cerca de nove (9)

milhões de chuteiras para futebol e futsal, seis (6) milhões de bolas e trinta e dois (32) milhões de camisas. (LEONCINI; SILVA 2003)

O futebol vem sendo uma atividade econômica atrativa e sua administração do deve ser exemplar para que os resultados sejam obtidos. Para proporcionar um acréscimo de qualidade no futebol, a administração e a gestão devem ser realizadas de forma com que aumente a qualidade das decisões gerenciais e com o intuito de alcançar a longo prazo um crescimento institucional almejado. Para que isso ocorra, não se deve apenas afastar ou alterar pessoas de cargos importantes, mas sim para mudar a mentalidade dos envolvidos em todos os processos administrativos de federações e clubes.

No Brasil e em países Europeus o futebol movimenta bilhões de dólares. Exemplo disto são as frequentes transações financeiras que movimentam um volume expressivo de recursos: a negociação de jogadores, a venda de material esportivo, a publicidade e das escolinhas franqueadas. Leoncini (2001) mostra através da figura 01 os conjuntos de agentes envolvidos com o futebol:

Figura 1 - Conjuntos de Agentes do Esporte



Fonte: Leoncini (2001)

Com isso, Leoncini (2001) afirma que a história do futebol brasileiro e mundial pode notar a existência de dois conjuntos de agentes: os que são ligados ao comando e organização do futebol e os clientes que adquirem produtos e serviços ligados ao futebol.

2.2 ENTIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUTEBOL

As Federações e as Confederações de futebol normalmente são formadas por associações esportivas e clubes. Essas entidades detêm o controle da organização e elegem os dirigentes na maior parte dos casos para criação e planejamento dos campeonatos.

2.2.1 CONTEXTO OPERACIONAL DAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS

As Confederações e Federações são associações de direito privado sem fins lucrativos, de caráter desportivo, que dirigem o futebol brasileiro e que são regidas por estatuto. As federações estaduais são filiadas a Confederação Brasileira de Futebol – CBF que é filiada a Confederação Sul-Americana de Futebol – CONMEBOL e a *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA.

De acordo com o art. 44 do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 2002) são pessoas jurídicas de direito privado: as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos. Conforme o Código civil, a associação é “uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros e dotadas de personalidade distinta de seus componentes”.

A CBF e as federações estaduais são amparadas no inciso I do art. 217 da Constituição Federal e nos termos da legislação desportiva federal, goza de peculiar autonomia quanto à sua organização e funcionamento, não estando sujeita a ingerência ou interferência estatal, a teor do disposto nos incisos XVII e XVIII do art. 5º da Constituição Federal. Compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce qualquer função delegada do Poder Público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, a teor do disposto no art. 82 da Lei nº 9615/98 (CBF, 2016).

As associações e os clubes constituem a espinha dorsal da organização esportiva no Brasil, fazendo com que haja a criação de competições e iniciação de atletas para a prática esportiva. As federações constituem o canal de distribuição do esporte como atividade recreativa e de competição, e seu fortalecimento e divulgação são importantes para a evolução e do alcance do esporte em qualquer país.

Conforme o estatuto da CBF, as federações possuem direitos (Art.76) que são:

- a. Reger-se por leis internas próprias, respeitadas a legislação desportiva e o ordenamento de hierarquia superior;
- b. Representar-se discutindo e/ou votando nas Assembleias Gerais, de acordo com o Estatuto;
- c. Disputar os campeonatos e torneios coordenados pela CBF, na forma dos respectivos regulamentos;
- d. Impugnar a validade do resultado de competição, solicitar reconsideração ou apresentar recursos dos atos que julgar lesivos aos seus interesses e aos de suas filiadas, observadas as normas legais e regulamentares;
- e. Solicitar o encaminhamento de expediente aos organismos e entidades internacionais, vedado endereçá-lo diretamente correspondência sem a prévia ciência da CBF.

E deveres (Art. 77) que são:

- a. Observar em todo momento os Estatutos, regulamentos, diretrizes e decisões da FIFA e da CONMEBOL, garantido que estes normativos sejam respeitados por seus membros;
- b. Manter relações desportivas com as demais filiadas estaduais de administração (Federações);
- c. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e demais atos e normas da CBF, determinações desta emanadas e as normas baixadas pelas entidades internacionais a que a CBF deve obediência;
- d. Solicitar autorização para a promoção de competições internacionais e interestaduais;
- e. Prestar à CBF, com brevidade, qualquer informação solicitada, observando os prazos, quando estabelecidos;
- f. Providenciar para que compareçam à CBF ou ao local por este designado, quando legalmente convocados, seus dirigentes, atletas e qualquer pessoa física que esteja sob sua jurisdição;
- g. Disputar todos os campeonatos e torneios coordenados pela CBF, com caráter obrigatório, ou em que esteja inscrita, até sua final participação, na forma dos regulamentos respectivos;
- h. Remeter, para conhecimento da CBF, anualmente, logo que aprovados, o calendário desportivo, os regulamentos das competições e respectivas tabelas;
- i. Satisfazer, nas épocas próprias, as obrigações financeiras para com a CBF;

- j. Cumprir e fazer com que suas filiadas cumpram o calendário anual do futebol brasileiro aprovado pela CBF, com estrita e cogente observância dos períodos e datas fixados para a realização das competições internacionais, nacionais e estaduais de futebol profissional;

Através dos direitos de deveres as federações podem fazer todo seu planejamento para as suas competições.

2.2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS

A criação de federações se inicia com o nascimento do futebol na Inglaterra, onde nasceram os primeiros clubes de futebol e formaram a primeira federação “*The Football Association*” no dia 26 de outubro de 1863. A data é considerada o dia da criação do futebol e da criação das 17 primeiras regras. No ano seguinte é disputada a primeira partida sobre a administração da federação, onde contava com 14 jogadores de cada lado, já que as regras da época não estabeleciam limites de jogadores (SILVA, 2016).

A partir da criação da primeira federação de futebol e da influencia de outros países no esporte foi criada a “*International Board*” no ano de 1873, que é uma instituição que regulamenta e altera as regras do futebol composta primeiramente por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Com isso, surge nos anos seguintes a federação escocesa de futebol e a associação norte-irlandesa de futebol (SILVA, 2016).

Com o aumento de popularidade do futebol e uma rápida expansão pelo mundo, foi espalhando por cada continente a implementação do futebol e a criação das federações. Na África, foi fundada em 1882, a Natal Football Association, onde só se podiam jogar pessoas brancas. Na América do sul, o futebol chega no ano de 1891 no Uruguai, e no Brasil somente em 1888, com a criação do São Paulo Athletic Club, um clube com integrantes ingleses que iniciaram a implantação de futebol. E foi no ano de 1901, que foi criada a primeira associação, a liga Paulista de Football que a partir dela os outros estados foram fundando associações estaduais para realizar jogos e campeonatos de futebol.

A FIFA, Federação internacional do futebol é a instituição internacional que dirige as associações de futsal, futebol de areia e futebol, o esporte coletivo mais popular do mundo. Filiada ao Comitê Olímpico Internacional, a FIFA foi fundada em Paris em 21 de maio de 1904 e tem sua sede em Zurique, na Suíça. A entidade possui 211 associações

afiliadas hoje, com isso foi justamente apelidado de "Nações Unidas do Futebol" (FIFA.COM).

A FIFA apoia as associações de forma financeira e logística através de vários programas, mas em troca as eles também têm obrigações, eles devem respeitar os estatutos, objetivos e ideais do órgão de governo do futebol e promover e gerenciar nosso esporte de acordo. As associações compõem as diferentes confederações, que oferecem ajuda especializada à FIFA em tarefas como a organização de torneios.

Quadro 1 - Confederações por continente filiadas a FIFA

Abreviatura	Confederação	Continente	Fundação
AFC	The Asian Football Confederation	ASIA	1954
CAF	Confederation of African Football	AFRICA	1957
CONCACAF	Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football	AMERICA DO NORTE/CENTRAL	1961
CONMEBOL	Confederación Sudamericana de Fútbol	AMERICA DO SUL	1916
UEFA	Union of European Football Associations	EUROPA	1954
OFC	Oceania Football Confederation	OCEANIA	1966

Fonte: elaborado pelo autor

Todas as confederações oferecem apoio à FIFA sem invadir os direitos de cada região. De fato, as Confederações aumentam ainda mais o perfil do futebol, organizando suas próprias competições em prol dos clubes e das seleções através de uma série de outras atividades.

Após a criação da FIFA, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) possui a prerrogativa de liderar e organizar a prática esportiva do futebol no Brasil. É oriunda da antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD), fundada em 20 de agosto de 1914 e criada com a missão de fomentar toda a prática desportiva no país. Em 24 de setembro de 1979, após sofrer modificações em sua estrutura, a CBD passou a se chamar CBF, sobretudo como consequência de um decreto da FIFA, segundo o qual todas as entidades nacionais de futebol deveriam ser voltadas unicamente para o desenvolvimento deste esporte. Este não era o caso da CBD, que, à época, ocupava-se do fomento a todos os esportes olímpicos, incluindo o futebol (SILVA, 2016).

A CBF responde pelo planejamento, coordenação e execução dos principais campeonatos nacionais. A entidade administra a Seleção Brasileira de Futebol Masculino, a Seleção Feminina e também é responsável por todas as categorias de base da Seleção Nacional (CBF.COM).

Conforme seu Estatuto, a CBF é uma associação privada sem fins lucrativos, sua principal atividade é a produção ou promoção de eventos oficiais de futebol e que utiliza as

receitas auferidas essencialmente de contratos de patrocínio da Seleção. A ela respondem e são filiadas 26 Federações Estaduais (e o distrital, no caso do DF) de Futebol, responsáveis por organizar os campeonatos estaduais. São elas:

Quadro 2 - Federações por estado filiadas a CBF

Federação	Sigla	Fundação
Federação de Futebol do Acre	FFAC	27/01/1947
Federação Alagoana de Futebol	FAF	14/03/1927
Federação Amapaense de Futebol	FAF	26/06/1945
Federação Amazonense de Futebol	FAF	26/09/1960
Federação Baiana de Futebol	FBF	14/09/1913
Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo	FES	02/05/1917
Federação Catarinense de Futebol	FCF	12/04/1924
Federação Cearense de Futebol	FCF	23/03/1920
Federação de Futebol do Distrito Federal	FFDF	16/03/1959
Federação Gaúcha de Futebol	FGF	18/05/1918
Federação Paranaense de Futebol	FPF	04/08/1937
Federação Pernambucana de Futebol	FPF	16/07/1915
Federação Goiana de Futebol	FGF	01/11/1939
Federação Maranhense de Futebol	FMF	11/01/1918
Federação Mato-Grossense de Futebol	FMGF	26/05/1942
Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul	FFMGS	03/12/1978
Federação Mineira de Futebol	FMF	05/03/1915
Federação Paraense de Futebol	FPF	01/07/1970
Federação Paraibana de Futebol	FPF	24/04/1947
Federação Paulista de Futebol	FPF	22/04/1941
Federação de Futebol do Piauí	FFP	25/11/1941
Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro	FERJ	29/09/1978
Federação Norte-rio-grandense de Futebol	FNF	14/07/1918
Federação de Futebol do Estado de Rondônia	FFER	29/10/1944
Federação Roraimense de Futebol	FRF	23/09/1974
Federação Sergipana de Futebol	FSF	10/11/1926
Federação Tocantinense de Futebol	FTF	07/04/1990

Fonte: elaborado pelo autor

As federações organizam-se em atividades de acordo com os princípios da liberdade, da democracia, da representatividade e da transparência e são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas.

O Estatuto informa que o exercício financeiro da CBF e de suas federações coincidirá com o ano civil e as respectivas demonstrações financeiras, após terem sido auditadas por auditores independentes, deverão ser submetidas, juntamente com parecer do Conselho Fiscal, à Assembléia Geral, para deliberação, e, se for o caso, aprovação final.

Cada federação desportiva deve, na sua denominação, mencionar a modalidade desportiva a que dedicam a sua atividade e ter a sua sede em território nacional.

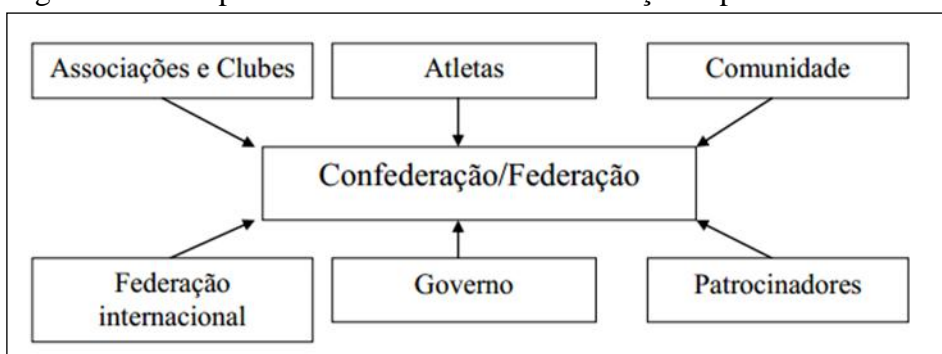
O estatuto da CBF informa que as federações devem possuir em sua estrutura, pelo menos, os seguintes órgãos:

- a) Assembleia geral;
- b) Presidente;
- c) Diretoria;
- d) Conselho fiscal;
- e) Secretaria Geral;

A assembleia geral é o órgão deliberativo da federação desportiva. O presidente deve representar a federação, assegurando o seu funcionamento e promovendo a colaboração entre os seus órgãos junto da administração pública. A diretoria é o órgão de administração da federação, sendo integrada pelo presidente e pelos membros eleitos nos termos estatutários. Sendo devido provar os regulamentos e publicá-los, organizar as seleções nacionais, organizar as competições desportivas, garantir a efetivação dos direitos e deveres dos associados e elaborar anualmente o plano de atividades. O conselho fiscal fiscaliza os atos de administração financeira da federação emitindo parecer sobre o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas. A Secretaria Geral realiza todo o trabalho administrativo da CBF, implementando as decisões tomadas pelos demais poderes da CBF, encarregar-se da correspondência da CBF e estabelece a comunicação com a FIFA e com os demais organismos e entidades internacionais.

Sua estrutura e organização permitem identificar alguns de seus Stakeholders:

Figura 2 - Principais Stakeholders de uma Federação esportiva



Fonte: Ribeiro 2012

As associações e os clubes são à base da organização esportiva no Brasil. A Federação internacional é o principal órgão para regulamentação da prática do futebol. O Governo é muito importante concedendo grande parte de recursos e benefícios fiscais e os patrocínios, usando espaços publicitários para angariar recursos para as suas atividades (RIBEIRO, 2012).

2.2.3 A LEGISLAÇÃO APLICADA AO FUTEBOL.

No Brasil, o Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, institui o conselho nacional de desportos, que foi destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desporto em todo país. Conforme art. 9º do Decreto-Lei nº 3.199/41, fica decidido que a administração de cada ramo desportivo ficara sob a superintendência do conselho nacional de desportos e nos termos do presente decreto, pelas confederações e federações. Neste decreto, passou a se organizar o futebol em favor da sociedade, com artigos que vão da estrutura de uma confederação a estrutura de federações através da inclusão de conselhos regionais de desporto por estados. Outro ponto importante, e que a organização e o funcionamento de uma entidade desportiva ficava proibida de gerar lucro para os que nela empregassem capitais de qualquer forma.

Após o Decreto-Lei nº 3.199/41, veio a Lei nº 6.354/76, a Lei do Passe, em que foi a primeira a tratar sobre clubes de futebol, garantindo direitos que não existiam a jogadores, a formalização de contratação entre empregador e empregado, em que os contratos de trabalho serão registrados no Conselho Regional de Desportos, e inscritos nas entidades desportivas de direção regional e na confederação. Fica garantido aos clubes que formam jogadores, a assinatura de contrato dos mesmos somente aos 18 anos e com possibilidade de usufruir dos direitos dos atletas.

No ano de 1993, criou-se a Lei 8.672/93, conhecida como “Lei Zico”, que de alguma forma modernizou o cenário esportivo nacional, isso se deve a uma desburocratização que trouxe como inovação a transformação, constituição e/ou contratação das entidades em sociedades comerciais com finalidades desportivas. Com a Lei Zico, o cenário esportivo foi ampliado integrando as escolas com o lazer e a justiça desportiva ganhou uma estrutura mais consistente.

Posteriormente, revogando a “Lei Zico”, no ano de 1998, foi instituída a Lei 9.615/98, a “Lei Pelé”, que manteve em grande parte as inovações da Lei Zico e trouxe outras contribuições para o desporto nacional. Além disso, abordaram questões polêmicas como o fim do passe livre, em que os clubes não possuíam mais o direito de usufruir dos direitos da formação de atletas da base e a obrigatoriedade dos clubes serem sociedades comerciais, em que no art. 27, restringia a prática de atividade esportiva apenas a sociedades jurídicas previstas na legislação, sempre exigindo o clube a virar empresa.

Mais tarde, no ano de 2003, foram criadas mais duas outras leis. A Lei nº 10.671/03, conhecida como Estatuto do Torcedor, que estabelece normas de proteção e defesa do torcedor, reconhece as torcidas organizadas como pessoa jurídica e que reconheceu os

torcedores como consumidores do futebol. E a Lei nº 10.672/03, Lei de Moralização do Futebol, que viu a necessidade das entidades de administração e práticas desportivas a elaborarem e publicarem até o último dia útil do mês de abril, as demonstrações contábeis de cada período, auditadas por auditores independentes.

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou por meio da Resolução CFC nº 1.005/04, a NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis das entidades desportivas. Esta norma veio para padronizar os procedimentos específicos de avaliação e de registros contábeis das demonstrações contábeis das entidades de futebol.

No ano de 2013, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 1.429, aprovou a ITC 2003 que regulamenta a Contabilidade em entidades desportivas que revogou a Resolução CFC nº 1.005, de 17 de setembro de 2004. A ITG 2003 especifica os processos de avaliação, registro e estruturação das demonstrações contábeis em entidades esportivas. Com isso, a nova norma obriga as entidades a manter separados os registros contábeis da atividade esportiva das contas patrimoniais e de resultado. Outro ponto importante foi a obrigação da composição da conta de intangível incluir valores dos contratos de atletas e seus direitos de imagem.

Em agosto de 2015, entra em vigor a Lei 13.155, que é a Nova Lei de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro. Esta Lei estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira de gestão transparente e democrática para as entidades administrativas e desportivas profissionais de futebol, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT e institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela união, cria a Loteria Exclusiva – LOTEX, destinando parte do dinheiro arrecadado para a educação e o esporte.

O cenário trazido pela Lei 13.155/2015 traz sérios impactos para a administração financeira e contábil dos clubes de futebol, que agora ficam obrigados a aplicar a responsabilidade fiscal, sob pena de responsabilização de seus dirigentes ou até de punições desportivas, como o rebaixamento para a divisão inferior.

3 METODOLOGIA

3.1 EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Beuren (2006), as tipologias aplicadas à pesquisa em relação ao objetivo são, a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Em relação aos procedimentos aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental. Enquanto a abordagem ao problema compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Em relação ao objetivo de pesquisa, o presente estudo é caracterizado como descritivo, no qual conforme Beuren (2006), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever, identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos o desempenho das federações de futebol através da análise de indicadores das demonstrações contábeis.

Quanto aos procedimentos adotados, este trabalho pode ser classificado como bibliográfico, pois foi desenvolvido através de materiais elaborados, buscando trabalhos já escritos. E documental, através de coleta dos dados nas demonstrações contábeis das federações. Onde de acordo com Beuren (2006), o intuito de uma pesquisa documental está na característica de organizar informações que estão dispersas, e permitindo uma nova análise.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, pois o estudo buscou utilizar dos valores das demonstrações financeiras das federações para fazer análises e comparações no período. Para Beuren (2006), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, seja pela coleta ou pelo tratamento dos dados.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreende a Confederação Brasileira de Futebol e as federações estaduais nos anos de 2012 a 2016.

A pesquisa em questão se utiliza das demonstrações contábeis de 24 federações de futebol brasileiros e da Confederação Brasileira de Futebol disponível na internet, referentes ao período de 2012 a 2016.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram coletados no domínio eletrônico da CBF, buscando sempre as demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício), e os relatórios de auditoria elaborados pelas empresas contratadas por cada federação no período de 2012 a 2016. O tratamento dos dados foi utilizado o Excel, no qual, foram confeccionadas tabelas com relação das federações selecionadas.

Para a análise dessa pesquisa foram utilizados alguns dos indicadores mais comuns encontrados na literatura e aplicáveis às Demonstrações Contábeis. São quatro indicadores de liquidez e capacidade de pagamento, Capital Circulante Líquido, dois indicadores de estrutura de capitais e solvência, e cinco indicadores de lucratividade e desempenho, sendo todos eles calculados a partir das Demonstrações Contábeis das 24 federações que compõem a amostra do objetivo principal (Silva, 2012).

E foram utilizadas as variáveis explicativas (independentes):

- Análise de liquidez e capacidade de pagamento.

$$\text{CCL} = \text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O CCL, Capital Circulante Líquido indica o volume de recursos permanentes, próprios ou de terceiros, em relação ao montante que foi aplicado. Representa que quanto maior for o CCL melhor será a condição de liquidez da empresa (ASSAF NETO, 2012).

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

O LG, Liquidez Geral, indica quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos a curto e longo prazo em relação ao total de suas dívidas. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor (SILVA, 2012).

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O LC, Liquidez Corrente, indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos a curto prazo em relação a suas dívidas no mesmo período. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor (SILVA, 2012)

$$LS = \frac{\text{DISPONIBILIDADES + APLIC. FINANCEIRAS + CONTAS A RECEBER}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O LS, Liquidez Seca, indica quanto à empresa possui em disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber a curto prazo em relação ao seu passivo circulante. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor (SILVA, 2012).

$$LI = \frac{\text{DISPONIBILIDADES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

O LI, Liquidez Imediata, indica quanto de recursos imediatos a empresa possui para saldar suas dívidas a curto prazo. Esse índice é normalmente baixo, pois as empresas não tem interesse em manter seus recursos financeiros em caixa. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor (ASSAF NETO, 2012).

- Análise de estrutura de capitais e solvência.

$$CE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIG. A LONGO PRAZO}} \times 100$$

O CE, Composição do Endividamento, mostra o quanto das dívidas totais deverão ser pagas em curto prazo. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, pior. Isso se deve há quanto mais dividas a pagar a curto praz, maior será a pressão para que a empresa gere mais recursos (SILVA, 2012).

$$IPL = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \times 100$$

O IPL, Imobilização do Patrimônio Líquido, indica quanto do patrimônio líquido está aplicado no ativo permanente da empresa. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, pior (SILVA, 2012).

- Análise de lucratividade e desempenho.

$$GA = \frac{\text{RECEITA LÍQUIDA}}{\text{ATIVO TOTAL MÉDIO}}$$

O GA, Giro do Ativo, indica o número de vezes que o ativo total transformou-se em dinheiro em um período em relação às vendas realizadas. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor. Pois a empresa terá um desempenho melhor, por meio de um maior retorno de suas aplicações (ASSAF NETO, 2012).

$$RSA = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO TOTAL MÉDIO}} \times 100$$

O RSA, Retorno sobre o Ativo, indica a lucratividade que a empresa tem em relação aos investimentos totais pelo ativo total médio. A interpretação do índice é no sentido de que quanto maior, melhor. Pois a empresa demonstra a capacidade da entidade de utilizar seus ativos para gerar lucros, ocasionando mais recursos para investir (SILVA, 2012).

$$MB = \frac{\text{LUCRO BRUTO}}{\text{RECEITA TOTAL}} \times 100$$

A MB, Margem Bruta, isso indica um baixo custo de vendas e sinal que a empresa está conseguindo usar suas despesas para produzir e distribuir seus produtos (BLATT, 2001). Este índice representa quanto restou do valor das vendas após a dedução do custo dos produtos ou mercadorias vendidas. Ou seja, quanto é obtido de lucro bruto para cada R\$ 1 real vendido.

$$ML = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{RECEITA TOTAL}} \times 100$$

A ML, Margem Líquida, indica quanto à entidade obteve de lucro em relação a receita total. Matarazzo (2010) explica que este índice resulta em quanto a entidade obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos, sendo que quanto maior, melhor.

$$MOP = \frac{\text{LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDA}}{\text{RECEITA LÍQUIDA}} \times 100$$

A MOP, Margem Operacional Líquida, indica quanto sobrou da receita líquida após a dedução dos custos dos produtos e das despesas operacionais, desconsiderando as despesas financeiras. Segundo Bruni (2011) a margem operacional corresponde “ao ganho relativo que

a empresa teve após ter pagado todos os seus custos e todas as suas despesas operacionais próprias”.

A partir dos indicadores será feita uma análise discriminante, em que Mario (2012) afirma ser uma técnica estatística que auxilia a identificar as variáveis que diferenciam os grupos e quantas dessas variáveis são necessárias para obter a melhor classificação dos indivíduos de uma determinada população.

Foram analisados os agrupamentos por região e por clusters. E para efeitos de comparação, será realizada uma análise de cluster para se tornar uma variável dependente de uma nova análise discriminante. Análise de Clusters, conforme Pohlmann (2009) é uma das técnicas de análise multivariada cujo propósito é reunir objetos baseando-se nas características dos mesmos. Através dela se classifica objetos que tem de similar em relação outros pertencentes a determinado grupo, considerando um critério de seleção.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Excluindo-se da amostra, nos anos de 2012 a 2016, por não terem sido encontradas as demonstrações contábeis referentes aos anos em questão.

Para análise de dados não foram utilizadas o balanço de todas as federações. Em 2016, ficou de fora da análise a federação do Distrito Federal devido a não divulgação de sua DRE. Já em 2014 ficou de fora a federação do Rio Grande do Norte devido a não divulgação de sua DRE e a federação da Paraíba, pois foi divulgada uma foto da demonstração e não foi possível visualizar pela má qualidade da imagem. No ano de 2013 ficou de fora a federação de Alagoas devido a não divulgação de sua DRE e a federação do Amazonas pela não divulgação. O ano de 2012 teve a menor amostra na análise devido a não divulgação das federações, ficaram de fora as federações do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Sergipe.

Com a Lei nº 10.672/03, veio à obrigatoriedade de as entidades de futebol brasileiro publicar as suas demonstrações financeiras. Contudo, uma das principais limitações, foi o fato de que as demonstrações contábeis da maioria não foram encontradas seus respectivos sites na internet. Além da falta de demonstrações, outro fator limitante para a pesquisa foi à falta de padronização nas demonstrações encontradas, pois mesmo com a existência de normas específicas para a área, que foram emitidas pelo CFC, como a ITG 2003 do ano de 2013, algumas federações ainda não seguem o que é estabelecido em tais normas.

Foram excluídos da amostra as federações do Amapá, nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, Roraima e Pará nos anos de 2012 a 2016, por não terem sido encontradas as demonstrações contábeis referentes aos anos em questão.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DE LIQUIDEZ E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

A primeira parte da análise é feita com os indicadores de liquidez, começando pelo CCL, Capital Circulante Líquido, mostrando as Federações que possuem folga financeira para melhor desempenho e as que não possuem. Na tabela 1 é possível ver os resultados encontrados.

Nos anos de 2012 a 2014 a média foi aumentando de R\$ 886.732,15, R\$ 906.549,64 e R\$ 1.096.085,87 respectivamente, somente em 2015 a média obteve um aumento significativo para R\$ 2.969.336,25, mas diminuiu para R\$ 1.854.948,13 em 2016. Considerando o melhor CCL para a federação de São Paulo nos anos de 2012 a 2016 conforme a tabela 1. E ficou com resultado negativo a federação do Rio de Janeiro em 2012 e 2013 com R\$ -9.342.619,00 e R\$ - 7.777.015,00 respectivamente, e a federação de Alagoas de 2014 a 2016 com R\$ - 5.212.275,00 R\$ -6.263.190,00 e R\$ -6.962.314,00 respectivamente.

Em 2012, 8 das 11 federações ficaram com CCL positivo. Já em 2013, 17 das 22 federações obtiveram CCL positivo, em 2014 apenas 12 das 22 federações tiveram CCL positivo, no ano de 2015 14 das 24 federações ficaram com CCL positivo e finalmente em 2016 13 das 23 federações ficaram com CCL positivo.

A CBF obteve de resultado do CCL nos anos 2012 a 2016 os valores R\$ 164.710,00, R\$ 137.849,00, R\$ 149.191,00, R\$ 233.514,00 e R\$ 313.231,00 respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

Tabela 1 - Capital Circulante Líquido

CCL	2012	2013	2014	2015	2016
Média	886.732,15	906.549,64	1.096.085,87	2.969.336,25	1.854.948,13
Desv. Padrão	5.067.320,99	3.623.974,18	5.874.708,46	11.565.482,73	6.186.721,35
Máximo	11.510.000,00	12.274.000,00	24.549.000,00	55.662.000,00	25.566.000,00
Mínimo	-9.342.619,00	-7.777.015,00	-5.212.275,00	-6.263.190,00	-6.962.314,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Posteriormente foi feita análise sobre a LG, Liquidez Geral, mostrando as Federações que conseguiram obter o quanto possui, no ativo circulante e no realizável a longo prazo, para pagar cada R\$ 1 que ela mantém de dívida. Na tabela 2 é possível ver os resultados encontrados.

Em 2012, a média foi de R\$ 1,97 tendo como a federação da Rondônia a melhor LG de R\$ 1,44 e a Federação de Minas Gerais com apenas R\$ 0,08 sendo a pior federação em relação a LG em conseguir cumprir seus compromissos.

Nos anos de 2013 a 2015, se tem um aumento significativo nos indicadores de média, desvio padrão e máximo devido à federação de Sergipe possuir o Ativo e o PL alto devido ao superávit acumulado e o Passivo baixo com apenas obrigações tributárias, ocorrendo que a análise tenha variação na média de R\$ 19,23 em 2013, R\$ 15,73 em 2014 e R\$ 19,31 em 2015. Tendo como melhor LG a federação de Sergipe, conforme tabela 2 nos anos de 2013 a 2015 e logo em seguida pela Federação do Acre com R\$ 60,08, R\$ 62,69 e R\$ 141,60 nos anos de 2013 a 2015. No ano de 2013, a federação de Minas Gerais foi a pior em relação ao LG com R\$ 0,13 e nos anos seguintes (2014 e 2015) a federação de Alagoas obteve o pior resultado com R\$ 0,06 e R\$ 0,05 respectivamente.

E em de 2016, a média sofre uma nova alteração, diminuindo para R\$ 1,65, tendo a melhor LG à federação de Pernambuco com R\$ 20,18 e a federação de Alagoas com a pior LG R\$ 0,002.

Em 2012, 8 das 11 federações ficaram com LG acima de R\$ 1, já 2013 16 das 22 federações obtiveram LG acima de R\$ 1, em 2014 apenas 14 das 22 federações tiveram LG acima de R\$ 1, no ano de 2015 15 das 24 federações ficaram com LG acima de R\$ 1 e finalmente em 2016 apenas 7 das 23 federações ficaram com LG acima de R\$ 1.

A CBF obteve de resultado da LG nos anos 2012 a 2016 os valores R\$ 8,60, R\$ 5,70, R\$ 5,27, R\$ 4,96 e R\$ 2,48 respectivamente, ficando distante da média nos anos de 2012 a 2015 das federações para uma possível comparação. Mas em 2016 apenas 6 federações obtiveram índices aproximados a CBF.

Tabela 2 - Liquidez Geral

LG	2012	2013	2014	2015	2016
Média	1,97	19,23	15,73	19,31	1,65
Desv. Padrão	1,44	63,20	49,44	61,14	4,11
Máximo	4,57	296,20	228,65	273,04	20,18
Mínimo	0,08	0,13	0,06	0,05	0,002

Fonte: Elaborado pelo autor.

O próximo indicador da análise é a LC, Liquidez Corrente, mostrando as Federações que conseguiram obter um indicador de liquidez maior ou igual a um (1,0), demonstrando

uma situação de capacidade de pagamento suficiente para a quitação de seus compromissos financeiros. Na tabela 3 é possível ver os resultados encontrados.

Em 2012, a média foi de 3,43 tendo como a federação do Paraná a melhor LC de 11,64 e a Federação de Santa Catarina com apenas 0,21 sendo a pior federação em relação à LC em conseguir cumprir seus compromissos.

Nos anos de 2013 a 2015, se tem um aumento significativo nos indicadores de média, desvio padrão e máximo devido à federação de Sergipe possuir o Ativo e o PL alto devido ao superávit acumulado e o Passivo baixo com apenas obrigações tributárias, ocorrendo que a análise tenha variação na média de 16,49 em 2013, 11,88 em 2014 e 12,67 em 2015. Tendo como melhor LC a federação de Sergipe, conforme tabela 03 nos anos de 2013 a 2015 e logo em seguida pela Federação do Paraná com 19,95, 8,54 e 10,18 nos anos de 2013 a 2015. No ano de 2013 a federação de Santa Catarina foi a pior em relação ao LC com 0,31, em 2014 a federação de Alagoas obteve o pior resultado com 0,06, e em 2015 a federação do Acre foi o pior resultado em LC com -3,21.

E em de 2016, a média sofre uma nova alteração, diminuindo para 2,59, tendo a melhor LC à federação de Pernambuco com 20,18 e a federação de Alagoas com a pior LC 0,002.

Em 2012, 8 das 11 federações ficaram com LC acima de R\$ 1, já 2013 17 das 22 federações obtiveram LC acima de R\$ 1, em 2014 apenas 13 das 22 federações tiveram LC acima de R\$ 1, no ano de 2015 14 das 24 federações ficaram com LC acima de R\$ 1 e finalmente em 2016 13 das 23 federações ficaram com LC acima de R\$ 1.

A CBF obteve de resultado da LC nos anos 2012 a 2016 os valores 14,71, 3,15, 2,78, 3,08 e 4,96 respectivamente, ficando distante da média nos anos de 2012 a 2015 das federações para uma possível comparação. Mas em 2016 apenas 7 federações obtiveram índices aproximados a CBF.

Tabela 3 - Liquidez Corrente

LC	2012	2013	2014	2015	2016
Média	3,43	16,49	11,88	12,67	2,59
Desv. Padrão	3,44	59,96	46,27	53,08	4,56
Máximo	11,64	284,17	218,82	261,54	20,18
Mínimo	0,21	0,31	0,040	-3,21	0,002

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro indicador analisado foi o LS, Liquidez Seca, mostrando as Federações que procuram determinar a capacidade de pagamento de curto prazo da empresa. Na tabela 4 é possível ver os resultados encontrados.

Em 2012 a média foi de 1,79 tendo como a federação da Bahia a melhor LS de 4,28 e a Federação de Santa Catarina com apenas 0,11 sendo a pior federação em relação à LS em conseguir cumprir seus compromissos.

Nos anos de 2013 a 2015, se tem aumento significativo nos indicadores de média, desvio padrão e máximo devido à federação de Sergipe possuir o Ativo e o PL alto devido ao superávit acumulado e o Passivo baixo com apenas obrigações tributárias, ocorrendo que a análise tenha variação na média de 15,17 em 2013, 11 em 2014 e 11,88 em 2015. Tendo como melhor LS a federação de Sergipe, conforme tabela 04 nos anos de 2013 a 2015 e logo em seguida pela Federação do Maranhão com 12,29 em 2013, a federação de Goiás com 4,17 e a federação de Pernambuco com 6,01 em 2015. No ano de 2013 a federação do Ceará foi a pior em relação a LS com 0,11, em 2014 a federação de Alagoas obteve o pior resultado com 0,04, e em 2015 a federação do Acre foi o pior resultado em LS com -3,45.

E em de 2016, a média sofre uma nova alteração, diminuindo para 1,70, tendo a melhor LS à federação de Pernambuco com 18,70 e a federação de Mato Grosso do Sul com a pior LS 0,001.

Em 2012, as 11 federações ficaram com LS positivo, já 2013 as 22 federações obtiveram LS positivo, em 2014 as 22 federações tiveram LS positivo, no ano de 2015 23 das 24 federações ficaram com LS positivo e finalmente em 2016 as 23 federações ficaram com LS positivo.

A CBF obteve de resultado da LS nos anos 2012 a 2016 os valores 14,58, 3, 2,66, 2,98 e 4,54 respectivamente, ficando distante da média nos anos de 2012 a 2015 das federações para uma possível comparação. Mas em 2016 apenas 5 federações se aproximaram dos índices da CBF.

Tabela 4 - Liquidez Seca

LS	2012	2013	2014	2015	2016
Média	1,79	15,17	11,00	11,88	1,70
Desv. Padrão	1,32	60,13	46,43	53,20	3,81
Máximo	4,28	284,16	218,82	261,54	18,70
Mínimo	0,11	0,11	0,04	-3,45	0,001

Fonte: Elaborado pelo autor.

O último indicador de liquidez analisado foi o LI, Liquidez Imediata, mostrando as Federações que procuram demonstrar a porcentagem das dívidas de curto prazo que podem ser liquidadas imediatamente. Na tabela 5 é possível ver os resultados encontrados.

Tabela 5 - Liquidez Imediata

LI	2012	2013	2014	2015	2016
Média	1,29	6,97	2,65	1,86	0,43
Desv. Padrão	1,03	26,86	9,507	6,50	0,69
Máximo	2,55	127,07	45,08	31,74	2,87
Mínimo	0,03	0,03	0,005	-3,45	0,001

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2012 a média foi de 1,29 tendo como a federação de São Paulo a melhor LI de 2,55 e a Federação do Rio de Janeiro com apenas 0,03 sendo a pior federação em relação à LI em conseguir cumprir seus compromissos.

Nos anos de 2013 a 2015, se tem um aumento significativo nos indicadores de desvio padrão e máximo devido à federação de Sergipe possuir o Ativo e o PL alto devido ao superávit acumulado e o Passivo baixo com apenas obrigações tributárias, ocorrendo que a análise tenha variação na média de 6,91 em 2013, 2,65 em 2014 e 1,86 em 2015. Tendo como melhor LI a federação de Sergipe, conforme tabela 05 nos anos de 2013 a 2015 e logo em seguida pela Federação do Acre com 7,02 em 2013, e a federação de São Paulo com 2,53 e 4,25 respectivamente em 2014 e 2015. No ano de 2013 a federação do Rio de Janeiro foi a pior em relação a LI com 0,03, em 2014 a federação do Rio Grande do Sul obteve o pior resultado com 0,005, e em 2015 a federação do Acre foi o pior resultado em LI com -3,45.

E em de 2016, a média sofre uma nova alteração, diminuindo para 0,43, tendo a melhor LI à federação do Rio Grande do Norte com 2,87 e a federação de Mato Grosso do Sul com a pior LI 0,001.

Em 2012, as 11 federações ficaram com LI positivo, já 2013 as 22 federações obtiveram LI positivo, em 2014 as 22 federações tiveram LI positivo, no ano de 2015 23 das 24 federações ficaram com LI positivo e finalmente em 2016 as 23 federações ficaram com LI positivo.

A CBF obteve de resultado da LI nos anos 2012 a 2016 os valores 8,54, 1,34, 1,48, 2,02 e 3,08 respectivamente, ficando distante da média nos anos de 2012, 2013 e 2016 das federações para uma possível comparação. Mas em 2014 e 2015 apenas 5 e 3 federações respectivamente se aproximaram dos índices da CBF.

4.2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL E SOLVÊNCIA.

A seguir foram destacados os Indicadores de Endividamento e Estrutura de Capital, os quais são de grande importância para uma análise de desempenho de quaisquer entidades, lucrativas ou não. O primeiro foi o CE, Composição de Endividamento, que evidencia o quanto das dívidas totais deverá ser paga em curto prazo.

De 2012 a 2016, a média geral pouco variou foi de 51,48% a 54,17% conforme a tabela 06 com variação do desvio padrão de 40,45% a 37,15%, sendo a pior CE para a Federação de Tocantins nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2016, respectivamente 87,84%, 93,68%, 98,30% e 85,09% e a federação do Rio Grande do Sul em 2015 com CE 84,42%. E a melhor CE entre as federações ficou para a federação do Paraná nos anos de 2012 a 2016 conforme a tabela 06.

Em 2012, 7 das 11 federações ficaram com CE acima dos 15%, já 2013 19 das 22 federações ficaram com CE acima dos 15%, em 2014 17 as 22 federações ficaram com CE acima dos 15%, no ano de 2015 20 das 24 federações ficaram com CE acima dos 15% e finalmente em 2016 19 de 23 federações ficaram com CE acima dos 15%.

A CBF obteve de resultado de CE nos anos 2012 a 2016 os valores 28,48%, 80,20%, 83,87%, 89,07% e 35,68% respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

Tabela 6 - Composição de Endividamento

CE	2012	2013	2014	2015	2016
Média	51,48	61,06	67,38	57,96	54,17
Desv. Padrão	40,45	40,32	39,55	37,14	37,15
Máximo	87,84	93,68	98,30	84,42	85,09
Mínimo	0,76	1,55	6,41	5,69	7,16

Fonte: Elaborado pelo autor.

O próximo indicador é o IPL, Imobilização do Patrimônio Líquido, que evidencia o quanto do patrimônio líquido a empresa está aplicando em seu ativo permanente.

Nos anos de 2012 a 2013 a média esteve negativa, devido a federações com PL a descoberto. E nos anos de 2015 e 2016 a média aumenta, pois o PL negativo diminui.

A federação com os piores índices de 2012 a 2014 é Santa Catarina com -787,29, -935,15 e -5.198,85 e a federação do Tocantins nos anos de 2015 e 2016 com -610,11 e -267,00. Já as federações que apresentaram os melhores índices foram Rio de Janeiro, Distrito

Federal e Tocantins nos anos de 2012 a 2014 respectivamente conforme tabela 7 e a federação de Santa Catarina em 2015 e 2016 com 3490,78 e 2306,82 devido o PL ficar próximo a zero.

Tabela 7 - Imobilização do Patrimônio Líquido

IPL	2012	2013	2014	2015	2016
Média	-38,84	-8,48	-192,33	290,30	148,19
Desv. Padrão	250,01	211,76	1121,53	928,04	499,71
Máximo	104,14	114,46	248,93	3490,78	2306,82
Mínimo	-787,29	-935,15	-5198,85	-610,11	-267,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2012, 3 das 11 federações ficaram com IPL negativo, pois apresentam PL a descoberto, já 2013 6 das 22 federações ficaram com IPL negativo, pois apresentam PL a descoberto, em 2014 8 as 22 federações ficaram com IPL negativo, pois apresentam PL a descoberto, no ano de 2015 9 das 24 federações ficaram com IPL negativo pois apresentam PL a descoberto e finalmente em 2016 9 das 23 federações ficaram com IPL negativo pois apresentam PL a descoberto.

A CBF obteve de resultado da IPL nos anos 2012 a 2016 os valores 46,50%, 49,17%, 55,31%, 45,78% e 39,68% respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

4.3 ANÁLISE DA LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO

Os últimos indicadores foram os Indicadores de Rentabilidade, eles ajudam a medir a capacidade econômica da empresa, demonstrando sua lucratividade a partir dos investimentos feitos nela mesma.

O GA, Giro do Ativo, é um dos principais indicadores da atividade da empresa, por ele há a relação de entre a receita líquida da empresa e os investimentos que ela fez.

Em todos os anos a média atende as necessidades das empresas em investimentos, fazendo com que sempre seu ativo esteja “girando” ou circulando mais rápido. As federações que obtiveram bons resultados são Espírito Santo em 2012 e Mato Grosso do Sul de 2013 a 2016, conforme tabela 8. Já as federações que passam por dificuldades em circular mais rápido seus investimentos são o Paraná de 2012 a 2014 e o Rio de Janeiro em 2015 e 2016 de acordo com a tabela 8.

De 2012 a 2016 todas as federações possuem um GA positivo, isso demonstra a capacidade economia de circular seus investimentos.

A CBF obteve de resultado da GA nos anos 2012 a 2016 os valores 0,99, 0,96, 0,98, 0,78 e 0,74 respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

Tabela 8 - Giro do Ativo

GA	2012	2013	2014	2015	2016
Média	2,52	3,89	6,11	4,30	4,71
Desv. Padrão	4,94	5,14	12,34	8,55	10,34
Máximo	17,17	18,47	47,44	42,73	50,90
Mínimo	0,07	0,15	0,18	0,06	0,02

Fonte: Elaborado pelo autor.

O indicador RSA, Retorno sobre o Ativo mede o retorno gerado pelo Ativo da empresa. Em 2012 a Federação que se destacou foi a de Espírito Santo com 77,88%, no ano seguinte a federação do mato grosso do sul se destaca com 85,54%. No ano de 2014, há uma diminuição em relação aos anos passados, mas a federação que melhor utilizou seu ativo para gerar retorno foi a de Goiás com 58,72%.

No ano de 2015, a federação de minas gerais se destaca com 72,77% e por último em 2016 a Federação de Espírito Santo consegue o retorno gerado através de 43,06% do ativo da empresa.

As federações que tiverem resultados piores foram Goiás em 2012 e 2013, Ceará em 2014, Alagoas em 2015 e por último Rio Grande do Sul em 2016 respectivamente conforme tabela 09.

Em 2012, 6 das 11 federações ficaram com RSA positivo, já 2013 19 das 22 federações ficaram com RSA positivo, em 2014 12 as 22 federações ficaram com RSA positivo, no ano de 2015 13 das 24 federações ficaram com RSA positivo e finalmente em 2016 14 das 23 federações ficaram com RSA positivo.

A CBF obteve de resultado Do RSA nos anos 2012 a 2016 os valores 15,32%, 12,18%, 9,67%, 11,52% e 5,72% respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

Tabela 9 - Retorno Sobre o Ativo

RSA	2012	2013	2014	2015	2016
Média	-2,85	14,71	-35,68	-0,83	-3,04
Desv. Padrão	54,04	22,80	77,60	27,13	23,61
Máximo	77,88	85,54	58,72	72,77	43,06
Mínimo	-125,14	-29,55	-256,78	-77,21	-68,41

Fonte: Elaborado pelo autor.

O indicador MB, Margem Bruta mede a rentabilidade das Federações. Ou seja, quanto é obtido de lucro bruto para cada R\$ 1 real de receita.

Em 2012 a Federação que se destacou foi a de Rondônia com R\$ 127,64, no ano seguinte a federação da Bahia se destaca com R\$ 117,75. No ano de 2014, há uma diminuição 16,20% em relação ao ano passado, obtendo o valor de R\$ 98,67. No ano de 2015, a federação da Bahia mantém o valor próximo, com R\$ 99,56 e 2016 a federação de Rondônia volta a ter o melhor resultado com R\$ 119,70.

Em 2012, 7 das 11 federações ficaram com MB positiva, já 2013 17 das 22 federações ficaram com MB positiva, em 2014 15 as 22 federações ficaram com MB positivo, no ano de 2015 16 das 24 federações ficaram com MB positivo e finalmente em 2016 15 das 23 federações ficaram com MB positivo.

A CBF obteve de resultado do MB nos anos 2012 a 2016 os valores R\$ 81,27, R\$ 79,54, R\$ 84,20, R\$ 50,38 e R\$ 46,00 respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

Tabela 10 - Margem Bruta

MB	2012	2013	2014	2015	2016
Média	-6,56	29,53	28,76	26,59	21,56
Desv. Padrão	117,78	38,31	39,53	45,27	60,25
Máximo	127,64	117,75	98,67	99,56	119,70
Mínimo	-314,681	-12,77	-36,47	-86,93	-160,63

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os indicadores ML e MOP, Margem Líquida e Margem Bruta respectivamente, medem o lucro que a empresa faz para cada real em receita, o primeiro deduzindo todos seus custos e despesas, e o segundo deduzindo custos e despesas operacionais, ou seja, em quanto a entidade obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos.

Tabela 11 - Margem Líquida

ML	2012	2013	2014	2015	2016
Média	-23,76	12,04	-1,65	0,65	-1,32
Desv. Padrão	107,23	18,68	25,32	26,05	44,78
Máximo	127,64	65,18	57,48	67,42	119,70
Mínimo	-314,68	-12,77	-50,96	-86,93	-160,63

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dois indicadores tiveram médias e desvio padrão aproximados, pois apenas algumas federações divulgaram a DRE em conformidade com o padrão exigido.

Em relação aos melhores índices da ML e MOP, ambas tiveram o mesmo valor, que foram em 2012 a Federação que se destacou foi a de Rondônia com R\$ 127,64, no ano seguinte houve diminuição de quase metade do valor R\$ 65,18. No ano de 2014, em 2014, o Rio Grande do Sul tem o melhor resultado no valor de R\$ 57,48. No ano de 2015, a federação de Rondônia volta a se destacar com o valor de R\$ 67,42 e em 2016, há um aumento de 43,67% obtendo o resultado R\$ 119,70.

Tabela 12 - Margem Operacional Líquida

MOP	2012	2013	2014	2015	2016
Média	-23,77	7,00	-4,24	-18,67	18,51
Desv. Padrão	107,23	29,45	38,91	114,98	108,72
Máximo	127,64	65,18	57,48	67,42	475,32
Mínimo	-314,68	-95,04	-154,07	-551,70	-160,63

Fonte: Elaborado pelo autor.

A CBF obteve de resultado da ML e MOP nos anos 2012 a 2016 os valores R\$ 15,44, R\$ 12,73, R\$ 9,83, R\$ 13,89, R\$ 7,32 e R\$ R\$ 27,19, R\$ 21,15, R\$ 17,42, R\$ 23,64, R\$ 12,82 respectivamente, ficando distante da média das federações para uma possível comparação.

4.4 ANÁLISE DISCRIMINANTE.

A análise discriminante foi feita com base em 2 agrupamentos utilizando o método Kmeans. Com isso, foram gerados 5 grupos com os indicadores utilizados para análise das médias, o primeiro agrupamento foi por clusters e o segundo por regiões.

Conforme as análises das discriminantes, o cluster 1 apresentou média significativa no índice de Margem Bruta, no cluster número 2 apresentaram médias significantes os índices de Liquidez Geral, Corrente e Seca, já o cluster número 3 apresentou média significativa os

índices margem bruta e composição de endividamento, o cluster 4 apresentou médias significantes nos índices de Composição de Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Margem Operacional Líquida e o Cluster 5 tiveram significância os índices de composição de endividamento e imobilização do patrimônio líquido.

Com isso, os cluster com maiores dados semelhantes foram os de número 2 e 4, apresentando que o dados mais parecidos são os de liquidez pelo cluster 2 e estrutura de capital pelo cluster número 4.

Tabela 13 - Média dos Indicadores por Cluster

estat grsummarize						
Estimation sample discrim lda						
Summarized by _clus_1						
cluster						
Mean	1	2	3	4	5	Total
LG	0,9837849	14,97929	0,911541	11,0826	0,7277438	12,67206
LC	0,7731794	15,95303	0,3620634	1,856891	0,7117057	10,06047
LS	0,2657393	14,45408	0,2730973	1,451531	0,419764	9,023458
LI	0,1595663	4,356723	0,2241962	0,5224674	0,1670445	2,755128
CE	18,20886	48,8097	47,725	80,76575	37,57568	59,11269
IPL	-5198,858	-7,458428	-777,5185	134,6756	2931,926	54,22062
GA	1,256634	5,786341	2,701436	2,865079	0,9884679	4,507692
RSA	7,971005	-5,864924	-9,153678	-5,188493	-9,862819	-5,711482
MB	90,60624	21,01674	58,85482	20,62235	31,59541	22,98768
ML	5,747281	-4,626475	-1,169426	8,889073	-27,82782	-0,467798
MOP	7,623973	-7,203671	-0,9667949	21,4786	-182,4148	-2,186179
N	1	60	3	35	3	102

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já a discriminante por regiões, a região Norte apresentou significância nos índices de Composição de Endividamento, Margem Bruta, Margem Líquida e Margem Operacional Líquida. Na região Nordeste apresentou significância nos índices de Liquidez Geral, Corrente, Seca, já a região Centro Oeste apresentou significância no índice de imobilização do Patrimônio Líquido. As regiões Sul e Sudeste apresentaram significância no índice de Composição de endividamento. Pode-se observar que as discriminantes foram distribuídas conforme a análise dos índices em cada região, destacando a semelhança com a tabela 13 de média por cluster em que a região nordeste teve dados semelhantes nos índices de liquidez. As demais regiões tiveram um equilíbrio do dados por semelhança.

Tabela 14 - Média dos Indicadores por Regiões

estat grsummarize						
Estimation sample discrim lda						
Summarized by Regies						
Regies						
Mean	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Total
LG	16,51663	26,7181	1,417901	0,7718576	1,441504	12,67206
LC	1,754589	24,38575	2,74715	1,046185	5,032016	10,06047
LS	1,473632	24,12758	1,337765	0,9181441	0,6339071	9,023458
LI	0,9638182	6,532595	1,155656	0,5409932	0,271819	2,755128
CE	93,95079	65,87499	43,60131	48,1956	31,27106	59,11269
IPL	53,48196	38,31192	204,7332	-23,18131	-37,14522	54,22062
GA	3,219252	3,09816	5,058352	12,26757	0,5872784	4,507692
RSA	-5,267047	-11,65877	0,8957461	-4,902883	-1,719935	-5,71148
MB	46,0411	35,88986	-5,269299	12,86824	12,3015	22,98768
ML	19,08538	-1,591142	-1,542392	-2,248942	-19,35574	-0,4678
MOP	18,96936	-6,009146	-2,645051	-2,249048	-19,10585	-2,18618
N	18	35	20	15	14	102

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise das discriminantes anova foi feita com base em 2 agrupamentos, conforme análise por cluster as variáveis CE, IPL e MOP discriminam os grupos apresentando elevados valores de F, contribuindo fortemente para a definição dos grupos.

Já a análise feita por regiões as variáveis CE, GA e MB discriminam os grupos apresentando elevados valores de F, contribuindo fortemente para a definição dos grupos.

Tabela 15 - Discriminante anova por Cluster e Regiões

. estat anova			. estat anova		
Univariate ANOVA summaries			Univariate ANOVA summaries		
Adj. cluster			Adj. Regies		
Variable	F	Pr > F	Variable	F	Pr > F
LG	.14852	0.9632	LG	15.382	0.1972
LC	.66911	0.6150	LC	1.51	0.2053
LS	.56339	0.6898	LS	16.624	0.1650
LI	.49791	0.7373	LI	10.441	0.3886
CE	52.114	0.0008	CE	92.345	0.0000
IPL	968.99	0.0000	IPL	.29125	0.8830
GA	.7676	0.5489	GA	42.855	0.0031
RSA	.03073	0.9982	RSA	.25502	0.9060
MB	.66349	0.6189	MB	27.289	0.0335
ML	.77988	0.5409	ML	15.065	0.2063
MOP	45.389	0.0021	MOP	.41222	0.7995

Number of obs = 102	Number of obs = 102
Model df = 4	Model df = 4
Residual df = 97	Residual df = 97

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as formas de analisar o desempenho econômico-financeiro de uma federação, e muitos são os fatores que podem interferir para que o desempenho seja bom ou ruim. O estudo foi elaborado para analisar as federações de futebol brasileiro através dos indicadores contábeis no período de 2012 a 2016.

Na busca do objetivo proposto, adotou-se como parâmetro a captação das federações estaduais brasileiras que divulgaram todas as informações em suas demonstrações contábeis para análise dos indicadores selecionados.

Como resultado da pesquisa, os índices de liquidez e capacidade de pagamento estiveram com aspectos positivos, 64% das federações apresentaram CCL positivo, 63% possuem LG e LC positivos, todas as federações da amostra tem capacidade de pagamento conforme a LS e a LI.

Já para os índices de estrutura de capitais e solvência, 79% das federações possuem endividamento alto e 66% aplica tem aplicado seu PL no ativo permanente.

Em relação aos índices de lucratividade e desempenho, todas as federações possuem valores positivos para o GA e 62% tem capacidade de gerar seus lucros sobre os ativos.

Após a análise dos indicadores, foi feito uma análise discriminante utilizando o método de cluster, em que foi dividido em 2 agrupamentos, o primeiro cluster com todos os dados e o segundo dividido por regiões, logo em seguida identificou-se que o primeiro agrupamento o cluster 2 e 4 obtiveram as maiores discriminantes semelhantes, destacando o cluster 2 os índices de liquidez e o cluster 4 os índices de estrutura de capital. O agrupamento por região demonstrou um equilíbrio das discriminantes que são semelhantes, destacando a região nordeste que se assemelha a análise feita por cluster com significância nos índices por liquidez.

Diante disso, pode-se resumir que, as principais federações do país que apresentam suas demonstrações em conformidade com as normas estabelecidas, tem um equilíbrio financeiro. Isso se deve ao aumento de casos de corrupção, pois as federações com grande porte financeiro passaram a ser mais vistas e cobradas pelos seus investidores.

As federações com pouco impacto no futebol brasileiro, por não ter tanta influência, não segue o padrão em suas demonstrações contábeis, apresentando índices financeiros que mostram um desequilíbrio das finanças.

Portanto esse trabalho pode servir como base para futuras pesquisas sobre análise de federações, aplicando novas análises dos demonstrativos contábeis e captando uma amostra maior de informações levando-se em consideração outros fatores considerados importantes para a pesquisa.

6 REFERENCIAS

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Art. 44 Institui o Código Civil. **Casa Civil:** Poder Executivo. Brasília, Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 15 maio 2003. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003.** Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 15 maio 2003. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015.** Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 4 agosto 2015. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976.** Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 2 setembro 1976. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993.** Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 6 julho 1993. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2015.

_____. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, 24 março 1998. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 14 abril 1941. Disponível em: Acesso em: 25 out. 2015.

BRUNI, Adriano L. **A análise contábil e financeira**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Confederação Brasileira de Futebol, **A CBF**. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt/conteudo/?id=33>> Acesso em: 13 set. 2017.

Confederação Brasileira de Futebol, **ESTATUTO Confederação Brasileira de Futebol**. Disponível em: <http://conteudo.cbf.com.br/comite/temas/1/Estatuto_CBF_ago2015.pdf> Acesso em: 25 nov. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1429, 25 de janeiro de 2013: aprova a ITG 2003 – Entidade desportiva profissional**. Disponível em: Acesso em 12 de novembro de 2014.

CPI do Futebol termina com dois relatórios e nenhum indiciamento. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/20/cpi-do-futebol-termina-com-dois-relatorios-e-nenhum-indiciamento>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Fédération Internationale de Football Association, Associations. Disponível em: <<http://www.fifa.com/associations/>> Acesso em: 20 out. 2017.

GLOBO, O (Org.). **FIFA encerra investigação interna com 20 mil páginas de evidências sobre corrupção**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/fifa-encerra-investigacao-interna-com-20-mil-paginas-de-evidencias-sobre-corrupcao-21140004#ixzz4zakyNkcp>>. Acesso em: 25 out. 2017.

JUNQUEIRA, José Eduardo. **ESCÂNDALO OLÍMPICO: UM NOVO CICLO SE INICIA**. 2017. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/esporte-legal/post/escandalo-olimpico-um-novo-ciclo-se-inicia.html>>. Acesso em: 05 out. 2017.

LEONCINI, Marvio Pereira. **ENTENDENDO O NEGÓCIO FUTEBOL: UM ESTUDO SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA NOS CLUBES DE FUTEBOL**. 2001. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEONCINI, Marvio Pereira; SILVA, Márcia Terra Da. **ENTENDENDO O FUTEBOL COMO UM NEGÓCIO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**. São Paulo: Gestão & Produção, 2003.

MÁRIO, Pouri do Carmo. Análise Discriminante. In: CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada:** para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 4. p. 232-279.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem gerencial. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Análise de Conglomerados. In: CORRAR, Luiz J; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada:** para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 6. p. 324-388.

PORTAL BRASIL (Org.). **Associações, federações e confederações.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2009/10/associacoes-federacoes-e-confederacoes>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RIBEIRO, Marco Aurélio de SÁ. **MODELOS DE GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS: UMA ANÁLISE DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES ESPORTIVAS BRASILEIRAS.** 2012. 136 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Luiz Marcelo Vídero Vieira. **A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NO FUTEBOL BRASILEIRO.** 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

SILVA, Jose Pereira Da. **Análise Financeira das Empresas.** 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Sidney Barbosa Da. **HISTÓRIA DO FUTEBOL.** 2016. Disponível em: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/historia_futebol_brasileiro.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

SILVA, Sidney Barbosa Da. **O FUTEBOL NO BRASIL.** 2016. Disponível em: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/historia_futebol_brasileiro.html>. Acesso em: 14 set. 2017.

APÊNDICE

2016	CCL	LG	LC	LS	LI	CE	IPL	GA	RSA	MB	ML	MOP
Paraná	11283389,55	1,79	12,03	0,14	0,06	7,16	2,76	0,22	-0,72	-3,20	-3,20	-3,20
Rio G/Norte	74030,00	1,19	3,14	3,00	2,87	8,78	46,26	4,59	7,96	1,74	1,74	1,74
Mato Gr/Sul	-47870,18	0,00	0,04	0,00	0,00	9,51	-9,08	50,91	-32,03	76,62	-0,63	-0,63
Ceará	-150721,84	0,11	0,42	0,42	0,18	10,61	-7,01	6,04	2,39	87,54	0,40	0,40
Rio G/Sul	1678749,00	0,37	1,37	1,11	0,04	19,98	342,31	0,43	-68,42	-160,63	-160,63	-160,63
Minas Gerais	-376772,00	0,20	0,87	0,23	0,12	20,85	-2,44	4,12	9,41	2,28	2,28	2,28
Goiás	70589,98	0,27	1,07	1,07	0,12	24,57	-50,82	1,42	-10,36	-7,32	-7,32	-7,32
Espírito Santo	202063,25	0,53	2,04	2,04	1,74	25,92	-12,43	6,08	43,06	7,08	7,08	7,08
Paraíba	261427,03	0,94	2,83	1,32	0,48	28,03	78,31	2,54	1,47	0,58	0,58	0,58
Rio de Janeiro	2979000,00	0,44	1,17	0,94	0,31	31,81	430,54	0,03	13,53	-41,98	32,56	475,32
Santa Catarina	-519809,00	0,15	0,41	0,33	0,07	35,65	2306,82	1,54	1,09	91,04	0,65	0,86
São Paulo	25566000,00	1,39	3,64	0,43	0,27	36,37	61,41	0,95	-12,41	-13,12	-13,12	-13,12
Maranhão	-315318,20	0,06	0,10	0,10	0,10	55,72	199,37	1,91	2,92	1,53	1,53	1,53
Bahia	240695,00	0,76	1,09	1,05	0,26	68,52	-22,29	1,80	-4,00	99,60	-2,21	-2,22
Amazonas	-180649,41	0,83	0,53	0,52	0,52	77,52	389,44	3,76	0,17	46,98	0,04	0,04
Tocantins	-182488,83	0,21	0,20	0,18	0,13	85,09	-267,00	6,75	-19,94	-2,95	-2,95	-2,95
Alagoas	-6962314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-145,56	0,40	-16,77	100,00	-42,17	-26,65
Mato Grosso	-381761,16	0,48	0,48	0,48	0,01	100,00	-227,22	3,46	22,11	6,39	6,39	6,39
Acre	-9351,31	0,78	0,78	0,07	0,07	100,00	100,26	1,16	2,51	59,64	4,25	2,16
Piauí	55856,00	2,65	2,65	2,65	0,26	100,00	99,32	1,44	4,03	2,81	2,81	2,81
Rondônia	233253,00	2,27	2,27	2,02	0,87	100,00	48,34	0,16	19,42	119,71	119,71	119,71
Sergipe	254772,08	2,45	2,45	2,45	0,08	100,00	7,55	8,27	-50,06	-6,05	-6,05	-6,06
Pernambuco	8891038,00	20,19	20,19	18,70	1,47	100,00	39,58	0,53	14,68	27,78	27,78	27,78
CBF	313231,00	2,48	4,96	4,54	3,08	35,68	39,68	0,74	5,72	46,00	7,32	12,82

2015	CCL	LG	LC	LS	LI	CE	IPL	GA	RSA	MB	ML	MOP
Acre	-106442,00	141,61	-3,22	-3,46	-3,46	100,00	103,00	0,32	-4,45	71,80	-13,75	-13,75
Alagoas	-6263190,00	0,06	0,04	0,04	0,02	100,00	-2,01	3,06	-77,21	100,00	-25,24	-25,24
Amazonas	-96291,51	1,06	0,71	0,50	0,50	71,14	408,87	2,42	-34,20	51,93	-14,13	-14,13
Bahia	290735,00	0,78	1,13	0,87	0,17	63,33	-21,53	2,40	5,38	99,57	2,23	2,24
Ceará	-139131,32	0,17	0,66	0,66	0,52	16,41	-6,06	5,53	19,12	88,16	3,46	3,45
Distr. Federal	-592282,76	2,50	0,64	0,01	0,00	100,00	124,28	0,51	-1,53	-3,02	-3,02	-3,02
Espírito Santo	37062,21	0,46	1,10	1,10	0,96	38,83	-6,10	4,83	14,32	2,96	2,96	2,96
Goiás	308883,42	0,51	1,60	1,60	0,60	13,73	-59,11	2,09	22,67	10,86	10,86	10,86
Maranhão	105632,46	1,88	1,30	0,53	0,18	53,66	134,43	2,02	6,52	3,23	3,23	3,23
Mato Gr/Sul	-29883,19	0,12	0,28	0,26	0,26	7,93	-10,62	42,73	20,37	76,13	0,48	0,48
Mato Grosso	-560811,48	0,68	0,29	0,29	0,03	100,00	-118,95	4,07	-16,85	-4,14	-4,14	-4,14
Minas Gerais	-371443,00	0,17	0,82	0,19	0,19	16,04	-2,39	5,49	72,77	13,26	13,26	13,26
Paraíba	44092,14	1,22	1,21	1,53	0,95	39,64	173,28	2,76	-3,66	-1,32	-1,32	-1,32
Paraná	7386651,80	1,88	10,18	0,10	0,03	5,69	2,61	0,17	1,26	7,25	7,25	7,25
Pernambuco	6618308,00	12,95	7,12	6,02	2,65	100,00	46,41	0,46	10,57	22,97	22,97	22,97
Piauí	4565,00	11,33	1,04	1,05	0,30	100,00	99,59	0,88	-5,75	-6,54	-6,54	-6,54
Rio de Janeiro	6852000,00	1,01	1,27	0,71	0,37	43,42	2998,18	0,06	-34,90	-86,93	-86,93	-551,71
Rio G/Norte	61934,00	1,23	2,64	2,64	2,53	8,94	60,76	9,95	-3,78	-0,38	-0,38	-0,38
Rio G/Sul	1929709,00	2,82	1,22	0,87	0,14	84,42	81,52	0,29	11,29	38,33	38,33	38,33
Rondônia	226248,00	4,35	3,31	3,20	1,42	100,00	31,14	0,18	12,07	67,43	67,43	67,43
Santa Catarina	-500647,00	1,03	0,45	0,22	0,06	33,66	3490,78	1,37	4,22	90,68	2,80	3,60
São Paulo	55662000,00	1,73	8,26	4,30	4,26	16,67	45,10	0,56	1,64	2,91	2,91	2,91
Sergipe	471209,13	273,05	261,54	261,54	31,75	100,00	4,23	4,91	-10,64	-2,17	-2,17	-2,17
Tocantins	-74837,86	0,93	0,55	0,55	0,47	77,54	-610,11	6,18	-29,20	-4,72	-4,72	-4,72
CBF	233514,00	4,96	3,08	2,98	2,02	89,07	45,78	0,78	11,52	50,38	13,89	23,64

2014	CCL	LG	LC	LS	LI	CE	IPL	GA	RSA	MB	ML	MOP
Acre	150945,11	62,70	3,51	0,81	0,81	100,00	95,93	0,75	-3,66	56,43	-4,89	-4,89
Alagoas	-5212275,00	0,07	0,04	0,04	0,02	100,00	-2,64	3,40	-171,66	100,00	-50,49	-5,69
Amazonas	79179,68	2,09	1,39	1,39	0,68	100,00	64,02	7,15	17,08	54,74	2,39	2,39
Bahia	183176,00	0,72	1,09	1,05	0,32	59,15	-19,75	2,11	-66,96	98,67	-31,35	-31,77
Ceará	-195375,79	0,11	0,40	0,40	0,40	13,65	-5,60	5,04	-256,79	65,59	-50,96	-154,08
Distr. Federal	-547620,76	2,48	0,67	0,07	0,07	100,00	122,03	0,59	-3,94	-6,72	-6,72	-6,72
Espírito Santo	1661,74	1,90	1,04	1,04	1,04	100,00	83,10	39,21	-165,04	-4,17	-4,17	-4,21
Goiás	1269841,97	0,43	4,18	4,18	2,45	9,97	-1,50	3,13	58,73	18,75	18,75	18,75
Maranhão	-33809,55	1,74	0,92	0,91	0,06	60,07	160,32	1,66	4,84	2,91	2,91	2,91
Mato Gr/Sul	-16609,82	0,11	0,60	0,51	0,51	7,81	-6,90	47,45	-58,99	72,61	-1,24	-1,24
Mato Grosso	-808007,31	0,50	0,16	0,16	0,02	100,00	-207,56	3,47	-13,18	-3,80	-3,80	-3,80
Minas Gerais	1266951,00	0,24	1,52	1,49	1,30	14,91	-1,27	0,62	23,33	37,46	37,46	37,46
Paraná	7584864,15	1,70	8,54	0,20	0,11	6,42	2,91	0,18	2,57	13,92	13,92	13,92
Pernambuco	5028543,00	9,52	4,71	3,54	1,99	100,00	53,71	0,47	10,13	21,76	21,76	21,76
Piauí	22117,09	21,00	1,37	1,37	0,01	100,00	98,14	0,73	0,14	0,19	0,19	0,19
Rio de Janeiro	-3305782,00	1,46	0,92	0,24	0,05	85,85	93,31	0,38	1,51	3,96	3,96	3,96
Rio G/Sul	-4306205,39	2,51	1,24	0,75	0,01	84,32	89,60	0,24	13,94	57,49	57,49	57,49
Rondônia	102739,00	3,50	2,25	1,95	0,45	100,00	49,89	1,87	-68,22	-36,48	-36,48	-36,48
Santa Catarina	-2130616,00	0,98	0,77	0,27	0,16	18,21	-5198,86	1,26	7,97	90,61	5,75	7,62
São Paulo	24549000,00	2,33	6,97	2,53	2,53	23,91	46,61	0,71	1,18	1,66	1,66	1,66
Sergipe	499935,75	228,65	218,83	218,83	45,08	100,00	4,32	4,94	1,75	0,35	0,35	0,35
Tocantins	-68763,73	1,35	0,40	0,39	0,35	98,30	248,93	9,20	-119,69	-13,02	-13,02	-13,02
CBF	149191,00	5,27	2,78	2,66	1,48	83,87	55,31	0,98	9,67	84,20	9,83	17,42

2013	CCL	LG	LC	LS	LI	CE	IPL	GA	RSA	MB	ML	MOP
Acre	392957,00	60,09	7,04	7,02	7,02	100,00	89,78	0,53	14,03	80,36	26,48	26,48
Amapá	57268,84	1,91	1,35	1,35	0,49	100,00	61,35	10,51	4,64	64,16	0,44	0,44
Bahia	1982581,00	1,41	3,33	3,30	1,19	38,75	19,39	1,42	16,77	117,76	13,90	11,81
Ceará	-45503,73	0,19	0,77	0,11	0,11	13,00	-10,60	3,93	56,07	89,47	14,28	-95,04
Distr. Federal	-383388,80	2,56	0,77	0,25	0,25	100,00	114,47	0,74	8,62	11,69	11,69	11,69
Espírito Santo	116995,17	3,70	2,99	2,99	2,99	100,00	26,11	15,58	16,25	1,04	1,04	1,04
Goiás	376997,11	0,34	1,30	1,30	1,03	24,71	-2,45	2,31	-29,56	-12,77	-12,77	-12,77
Maranhão	354998,40	3,71	13,06	12,29	0,23	9,35	79,34	1,73	22,47	12,98	12,98	12,98
Mato Gr/Sul	15148,36	0,19	1,27	1,24	1,24	10,26	-7,99	18,47	85,54	4,63	4,63	4,63
Minas Gerais	1407996,00	0,13	1,57	1,46	0,88	6,48	-2,42	2,60	2,28	0,88	0,88	0,88
Paraíba	82142,25	9,64	2,60	2,60	0,96	100,00	58,96	3,88	18,32	4,73	4,73	4,73
Paraná	7363476,30	1,22	19,96	2,71	2,71	1,55	7,42	0,16	4,09	26,26	26,26	26,26
Pernambuco	3730544,00	3,83	3,06	2,40	1,24	100,00	21,07	0,91	26,49	29,21	29,21	29,21
Piauí	74063,01	22,33	2,29	2,29	0,88	100,00	93,96	0,88	-6,08	-6,93	-6,93	-6,93
Rio de Janeiro	-7777015,00	1,35	0,83	0,17	0,04	81,63	95,90	0,22	2,62	12,15	12,15	12,15
Rio G/Norte	-216641,00	0,89	0,87	0,85	0,83	33,45	-75,67	9,83	29,22	2,97	2,97	2,97
Rio G/Sul	1385829,00	2,90	2,09	1,30	0,09	74,32	61,15	0,37	19,78	53,87	53,87	53,87
Rondônia	481801,00	3,63	3,08	2,92	1,16	100,00	20,74	0,39	25,25	65,18	65,18	65,18
Santa Catarina	-2372214,00	0,91	0,32	0,16	0,12	30,12	-935,15	1,09	2,54	90,28	2,10	2,79
São Paulo	12274000,00	3,40	8,28	1,10	0,92	26,12	48,22	0,77	0,98	1,27	1,27	1,27
Sergipe	493156,95	296,21	284,17	284,17	127,08	100,00	4,08	5,85	3,97	0,68	0,68	0,68
Tocantins	148900,14	2,59	1,92	1,91	1,91	93,68	45,68	3,57	-0,58	-0,16	-0,16	-0,16
CBF	137849,00	5,70	3,15	3,00	1,34	80,20	49,17	0,96	12,18	79,54	12,73	21,15

2012	CCL	LG	LC	LS	LI	CE	IPL	GA	RSA	MB	ML	MOP
Bahia	2299082,00	1,13	4,30	4,29	2,42	24,58	42,70	1,33	1,73	98,60	1,28	1,30
Espírito Santo	73085,51	3,30	2,37	2,37	2,36	100,00	40,62	17,18	77,88	4,53	4,53	4,53
Goiás	879992,96	0,38	2,35	2,35	1,52	14,44	-6,30	2,67	-125,14	-46,90	-46,90	-46,90
Minas Gerais	-766295,00	0,08	0,68	0,64	0,19	6,72	-2,42	0,92	-52,48	-56,91	-56,91	-56,91
Paraná	5279494,88	1,05	11,65	0,60	0,12	0,76	13,38	0,07	-22,90	-314,69	-314,69	-314,69
Pernambuco	2091458,00	2,98	2,13	1,47	1,07	100,00	34,54	0,88	-1,62	-1,85	-1,85	-1,85
Rio de Janeiro	-9342619,00	1,33	0,76	0,16	0,03	71,03	104,14	0,17	0,78	4,50	4,50	4,50
Rondônia	208258,00	4,57	3,41	3,09	1,96	100,00	32,63	0,27	34,06	127,65	127,65	127,65
Santa Catarina	-2589652,00	0,90	0,22	0,12	0,07	35,52	-787,29	0,83	-0,80	91,01	-0,88	-0,97
São Paulo	11510000,00	3,19	7,83	2,62	2,56	25,47	50,90	0,68	1,20	1,78	1,78	1,78
Tocantins	111248,32	2,83	2,10	2,09	1,98	87,84	49,79	2,79	55,91	20,07	20,07	20,07
CBF	164710,00	8,60	14,71	14,58	8,54	28,48	46,50	0,99	15,32	81,27	15,44	27,19

